

migração

O CONTRIBUTO DAS ASSOCIAÇÕES PARA A MIGRAÇÃO: O CASO DA COMUNIDADE CHINESA EM PORTUGAL*

*Francisco Lima da Costa ***

1. INTRODUÇÃO

Este artigo pretende ser um contributo para um melhor conhecimento da comunidade chinesa em Portugal. Versará a importância do associativismo na estruturação desta comunidade. Pretendem-se estudar três aspectos fundamentais das associações: i) a sua importância enquanto elemento estruturador da comunidade chinesa em Portugal; ii) as funções desempenhadas e as formas institucionais adoptadas; e iii) a sua contribuição, enquanto elemento de pré-socialização, para a construção e consolidação de uma importante «alavanca» do fenómeno migratório: a ideia de sucesso. Serão, ainda, tratados aspectos relacionados com a importância das associações para a formação de comunidades transnacionais, processo através do qual os imigrantes forjam e mantêm relações sociais a vários níveis, ligando assim as sociedades de acolhimento e a sociedade de origem. Refletiremos, finalmente, sobre a estruturação do «mercado associativo» transnacional.

* Este artigo é fruto de uma investigação financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, ao abrigo do projecto Praxis XXI SOC/12104/98; beneficiou, para além disso, de apoios da FCT, ao abrigo do programa Fundo de Apoio à Comunidade Científica, da Fundação Oriente e da Fundação Jorge Álvares.

Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no Seminário Internacional subordinado ao tema: «As Migrações Chinesas: de Qingtian a Portugal», realizado no Instituto Politécnico de Macau em Outubro de 2001.

** Investigador Assistente no SociNova — Gabinete de Investigação em Sociologia Aplicada da Universidade Nova de Lisboa.

2. OBSERVAÇÃO

As dificuldades de recolha de informação junto da «comunidade»¹ chinesa exigiram, da nossa parte, criatividade e envolvimento, quer pelo desafio que constituiu o estabelecimento de pontes com pessoas que raramente falam um mínimo de português, quer ainda pelo facto de a nossa investigação no terreno ter acompanhado a emergência e consolidação de entidades que reflectem a crescente sedimentação desta comunidade em Portugal. Com efeito, à medida que íamos consolidando pontes, fomos, também, possível presenciar o processo de estruturação desta comunidade, ou, pelo menos, os aspectos mais visíveis da mesma. Refiram-se, designadamente, a crescente actividade das associações na sociedade de acolhimento e a recente criação de um jornal exclusivamente orientado para a comunidade chinesa: o jornal Sino.

As anteriores experiências no estudo de outras comunidades em Portugal levaram-nos a optar por uma metodologia de observação que cedo se revelou inadequada. Na verdade, rapidamente nos deparamos com entraves importantes que nos bloquearam o trabalho de terreno. O primeiro, e um dos mais importantes, foi, sem dúvida, a barreira linguística. Esta só pôde ser ultrapassada com o contributo, como «participantes-observadores», de alguns elementos desta mesma comunidade. O segundo deveu-se à não concentração de negócios ou habitacional que caracteriza este grupo étnico em Portugal. Ao contrário, por exemplo, das comunidades africana e indiana, que se concentram em determinados bairros da região de Lisboa, a comunidade chinesa tinha, na altura em que começámos a observação, uma forma de ocupação espacial dispersa, logo, de difícil contacto. O terceiro obstáculo foi a atitude de profunda desconfiança com que nos deparamos quando ensaiámos os primeiros contactos.

Em virtude das dificuldades, procurámos, então, interlocutores privilegiados que pudessem funcionar como pontes para alcançar o universo dos chineses residentes em Portugal. Começámos por procurar, sem êxito, nos arquivos disponíveis informações sobre associações chinesas. Do levantamento bibliográfico realizado, uma monografia consultada

¹ Termo que utilizamos aqui apenas por uma questão de facilidade. Quanto à heterogeneidade interna da população de origem chinesa residente em Portugal, veja-se C. Oliveira (2000).

forneceu-nos as primeiras pistas (Teixeira, 1998), designadamente a As-sociação Industrial e Comercial Luso Chinesa (AICLC). Tivemos ainda conhecimento da existência de um jornal chinês que havia recentemente iniciado a sua publicação². Solicitámos entrevistas aos respectivos res-ponsáveis que funcionaram, de facto, como pontes que permitiram ini-ciar uma observação em «bola-de-neve». A importância e prestígio do primeiro³, no contexto da comunidade chinesa, permitiu-nos um acesso a outros contactos que de outra forma não teriam sido fáceis de alcançar.

A entrevista com o fundador do Jornal Sino revelou-se, também, muito profícua quanto aos objectivos em questão. O seu contributo foi deveras importante dado o seu envolvimento em vários segmentos da comunidade chinesa.

3. O DESCONHECIMENTO DA LÍNGUA DE ACOLHIMENTO

Se as dificuldades de comunicação representaram um constrangi-mento importante para a observação (tanto as entrevistas como para o trabalho de terreno em geral), os seus reflexos na vida quotidiana dos membros desta comunidade assumem níveis de maior importância. Por um lado, o desconhecimento da língua funciona como uma limitação, mas por outro, é um factor importante na unificação da «comunidade». Este factor condiciona a forma de relacionamento da «comunidade», viran-do-a para si própria e para formas específicas de comportamento social.

«...os pais vieram visitar-me, mas depois voltaram, estiveram aqui dois meses mas depois voltaram para a China... porque para já não sabem falar português, não falam nada, não conhecem nada, eu precisava de sair para trabalhar e eles ficavam isolados. Mas isso acontece a quase todos os chineses...». (L.Z.)

Podendo esse isolamento chegar a situações extremas:

«...houve um chinês que estava a trabalhar num restaurante, e em situação legal, mas que por qualquer razão se sentiu aqui tão isolado, não tinha ninguém com quem falar e que um dia, não sabia o que fazer, e queria voltar para a China mas não tinha dinheiro para voltar, estava farto daqui, partiu um vidro duma montra qualquer, de tal modo que a polícia, após um período de prisão, teve de o expulsar de volta para a China». (L.Z.)

² Esta pista surgiu no decurso de uma entrevista ao proprietário de um restau-rante, onde nos foi proporcionado um exemplar do referido jornal.

³ Presidente da Associação de Comerciantes e Industriais Luso-Chinesa.

De qualquer forma, a aprendizagem (mesmo rudimentar) da língua é percebida, de um modo geral, pelos entrevistados, como condição da integração dos chineses em Portugal, tendo sido identificados dois problemas. Um refere-se à falta de escolas de português para chineses, o outro às dificuldades de tempo para frequentar essas mesmas escolas (caso existissem):

«A primeira questão é que quando o chinês imigrante chega cá, arranja um emprego, ou trabalhar num restaurante, e quanto ao tempo livre que eles têm... o trabalho no restaurante é pesado, os horários são pesados, sei lá começam às 11 horas até às 15, depois entram às 18 e saem às 23». (L.Z.)

A acrescer a estas dificuldades coloca-se também o problema da falta de dinheiro para pagar um eventual curso de português:

«Há muitos que também vêm para cá sem dinheiro nenhum, vêm inclusive com dívidas para pagar... pagar a viagem de lá para cá, e por vezes é até dramático as pessoas que ficam cá e que querem voltar e não têm dinheiro porque ainda estão a pagar». (L.Z.)

Estas limitações têm importantes reflexos no processo de inserção social, designadamente no que concerne às relações institucionais e à inerente incapacidade de tirar partido de oportunidades nas diferentes esferas em que se movem: em termos de actividade económica, antes de mais, mas também no relacionamento com as instituições, e no contacto mais geral com os «outros», exteriores à «comunidade» chinesa.

Um intérprete entrevistado ilustra algumas dessas limitações constatando que, por vezes, o contactam mesmo *«para falar com o funcionário que pretende fazer a contagem da água»* (G.F.).

O conhecimento da língua de acolhimento facilita sem dúvida o processo de inserção. Mas também sabemos que este aspecto nem sempre é condição necessária para se ter sucesso no país de acolhimento e que a integração pode assumir formas várias (Portes e Manning, 1993).

As associações surgem, assim, como instituições emanadas das necessidades da própria «comunidade», funcionando como pontes para contactos com a sociedade de acolhimento e, simultaneamente, como instrumento de fechamento da «comunidade» sobre si própria — que iremos seguidamente demonstrar.

4. O ASSOCIATIVISMO E A ESTRUTURAÇÃO DA COMUNIDADE CHINESA EM PORTUGAL

A «comunidade» chinesa em Portugal tem conhecido um crescimento notável. Mesmo que não seja possível determinar com rigor quantos são e como estão distribuídos, podemos afirmar, sem grande margem de erro, até devido ao facto de a imigração ilegal ter um peso não despreciando, que a sua taxa de crescimento se situa acima da que é oficialmente avançada (ver Oliveira, 2000). À semelhança de outras minorias étnicas, a revolução de 1974, com a consequente descolonização, marcou a chegada de um contingente expressivo de chineses que antes viviam nas ex-colónias, designadamente Timor e Moçambique. O seu número em Moçambique era considerável, rondando os 7.500, divididos entre Lourenço Marquês (3.500) e a Beira (4.000), estando já mais ou menos inseridos na sociedade colonial (ver Márcia Trabuco, 1998). Destes 7.500, e segundo relato de um nosso entrevistado⁴, só uma parte se dirigiu a Portugal, distribuindo-se os restantes por Brasil, América do Norte e Europa, nomeadamente Portugal. M. Trabuco refere também Macau como destino destes chineses. A partir da década de 80, regista-se a chegada de uma «segunda leva», que apresenta características muito diferentes e que corresponde a um quantitativo mais expressivo — que continua hoje a registar um crescimento assinalável. Segundo fontes da comunidade (o director do Jornal Sino e líderes associativos), podemos dizer que actualmente mais de três quartos do total dos chineses residentes em Portugal são provenientes de uma mesma zona na China, a província de Zhejiang (cidades de Wenzhou, Hangzhou e distrito de Qingtian).

Apesar de já existirem associações em Moçambique, como nos foi referido por um entrevistado, filho de um líder associativo em Moçambique⁵, estas não se revelaram importantes em Portugal, até porque a comunidade se desmembrou, dividindo-se por vários países. Foi só com a chegada dessa «segunda leva», durante a década de 80, que o fenómeno do associativismo se começou a manifestar com maior dinâmica.

No entanto, podemos dizer que a participação associativa por parte da comunidade no seu todo é reduzida. São apontados diversos factores

⁴ Entrevista a Sr. L., dono de restaurante e secretário da AICLC.

⁵ Entrevista a Sr LL dono de Bar no Bairro Alto.

para esta situação, nomeadamente, a falta de tempo, o facto de muitos estarem ainda ilegais e também, factores ligados a «tendências e simpatias políticas» (Gonçalves, 2001). Mas, como veremos, há igualmente questões relacionadas com a liderança destas associações, que são complexas, e que também interferem na dinâmica associativa.

De acordo com Carita e Rosendo, «as associações seguem, de certo modo, um padrão relativamente constante, tendendo os seus objectivos não só para aspectos solidários, recreativos ou culturais, como também, para a reivindicação e pressão política junto do poder administrativo, legal, político ou económico de uma dada sociedade» (1991:136).

A partir de que momento poderemos considerar um «grupo voluntário e organizado de indivíduos, formado para atingir e defender determinados interesses comuns»⁶ como uma associação?

Que funções lhe são atribuíveis para que se determine a sua designação enquanto associações de raiz étnica ou nacional?

Para o caso das associações chinesas, M. Freedman refere o trabalho de Kulp que inventaria seis tipos diferentes de associações chinesas, cujas funções têm sobretudo a ver com a ajuda mútua, os interesses económicos e a dinamização cultural e recreativa⁷.

Da investigação que levámos a cabo podemos referir que, também em Portugal, é possível encontrar algumas destas formas de associação. A título de exemplo, refira-se a Associação de Comerciantes e Industriais Luso-Chineses — ACILC, que é uma associação cooperativa, fundada na convergência de interesses económicos, e que é semelhante às associações de manufactura de açúcar e do clube de irrigação mencionadas por Kulp.

Em Portugal inventariámos dezasseis associações, de acordo com o seguinte quadro:

Se, por um lado, podemos falar numa proliferação de associações chinesas, bem como de cargos a estas associados, podemos também referir, por outro, que a sua visibilidade e as suas funções em termos de participação cívica na sociedade portuguesa têm sido reduzidas, apesar

⁶ Definição de associação apresentada por Banton e Sills, cit. Cristina Carita e Vasco N. Rosendo, 1991 pág.136.

⁷ «Six different associations in Phoenix Village: the mutual aid club, the parent burial association, the society for the manufacture of sugar, the irrigation club, the boxing club, and the music club» (M Freedman 1980: 93).

de as condições políticas e o quadro jurídico-institucional o permitirem — e fomentarem (veja-se, por exemplo, a lei que reconhece o estatuto de associação imigrante⁸ e a existência de um Conselho Consultivo das Associações de Imigrantes⁹, que funciona junto do Alto Comissário para a Imigração e as Minorias Étnicas — ACIME).

[QUADRO N.º 1]

Levantamento das associações e década de constituição

ASSOCIAÇÕES CHINESAS	DÉCADA DE CONSTITUIÇÃO
1. Associação de Comerciantes e Industriais Luso-Chinesa (Lisboa)	Década de 90
2. Associação Industrial e Comercial dos Chineses em Portugal (Porto)	1994
3. Associação Luso-Chinesa de Lisboa	Finais da Década de 80
4. Associação Luso-Chinesa do Porto	1992 (desactivada a partir de 1997)
5. Associação de estudantes Chineses do IST	Década de 90
6. Associação Budista	1997
7. Associação dos Conterrâneos de Wenzhou	Década de 90
8. Liga do Chineses em Portugal	1997
9. Associação dos Artistas Luso-Chineses	Década de 90
10. Associação Cristã dos Chineses	Década de 90
11. Associação dos Conterrâneos de Fukien	Em projecto
12. Associação das Senhoras Chinesas	Década de 90
13. Associação Comercial e Cultural da China	Início de 80
14. Associação para a Unificação Pacífica China-Taiwan	1999
15. Associação Multi-Secular Amizade Portugal-China	Década de 80
16. Associação Cristã	Década de 90

Fonte: Entrevistas a líderes associativos.

Constatamos, porém, que, à medida que a comunidade se estrutu-ra, se vai verificando um crescente envolvimento das associações chine-sas junto do poder político local, como no caso das iniciativas da Associação de Industriais e Comerciantes Luso-Chineses e da Associação Luso-Chinesa — ALC, junto da Câmara Municipal de Lisboa¹⁰; e do poder

⁸ Lei das associações de imigrantes, 115/99 de 3 de Agosto, regulamentada pelo Dec. Lei 75/2000 de 9 de Maio.

⁹ Criado no âmbito das competências do Alto Comissário para a Imigração e as Minorias Étnicas, visa assegurar a participação e a colaboração das associações representativas dos imigrantes, dos parceiros sociais e das instituições de solidariedade social na definição das políticas de integração social e de combate à exclusão.

¹⁰ As relações com o poder local (Câmara Municipal de Lisboa — CML) torna ram-se mais evidentes na última década, nomeadamente através da colaboração da CML na organização de alguns eventos de carácter cultural organizados pelas referidas associações.

central, designadamente com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras — SEF¹¹. Bem recentemente foi reconhecida, formalmente, pelo ACIME, a Liga dos Chineses em Portugal — LCP¹², sendo que um dos elementos desta associação acaba por integrar a Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial¹³. No entanto, este envolvimento cívico não tem sido, pelo menos até ao momento, muito evidente, nem extensível à comunidade no seu todo.

Po outro lado, a importância das associações para a estruturação interna da «comunidade» e também para o estabelecimento de relações com as instituições e estruturas oficiais do país de acolhimento começa a ser percebida como importante e desejável.

Para além de funções de organização «interna», com frequência os respectivos líderes procuram estabelecer e dinamizar contactos internacionais entre representantes associativos, académicos e políticos, endereçando, por exemplo, convites para acontecimentos culturais no seu país ou no país de acolhimento.

Coloca-se pois a questão de saber quais as motivações que orientam a acção organizativa destas associações, como e porque se criam e de que modo se organizam?

Segundo Mancur Olson, «um grupo não organizado de pessoas, que têm um interesse comum e possuem os meios de realização desse interesse, pode, em determinadas circunstâncias, não fazer nada para o promover» (1998:3). E o problema de saber como se articulam a acção colectiva e a acção individual, atendendo a que, «a comunhão de interesses, mesmo que estes sejam um dado evidente para todos, não é o sufi-

¹¹ Tivemos a oportunidade de assistir, na sede da Associação de Comerciantes e Industriais Luso-Chineses, a uma acção dinamizada pela associação e pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, desenvolvida a título oficial. A associação desempenhou o papel de representante da comunidade chinesa no seu todo, apesar de ser exclusivamente de carácter económico.

¹² O processo de aproximação às instituições do país de acolhimento não deixou, no entanto, de ser difícil, necessitando do apoio dos serviços do ACIME para a marcação de reuniões preliminares de explicação dos objectivos e vantagens do reconhecimento das associações de imigrantes por parte do ACIME, designadamente a possibilidade de estas serem sempre consultadas antes da tomada de decisões no que concerne às alterações legislativas que possam afectar a sua comunidade, bem como à possibilidade de poderem ser apoiadas nas actividades associativas junto das comunidades que representam.

¹³ Criada no âmbito da lei 134/99 de 28 de Agosto e regulamentada pelo Dec. Lei 111/2000 de 4 de Julho.

ciente para provocar uma acção comum que permita promover o interesse de todos. A lógica da acção colectiva e a lógica da acção individual não somam $1 + 1 = 2$ » (Cordeiro:2000:9).

Esta reflexão enquadra-se na análise que fazemos do fenómeno associativo desta comunidade em Portugal, dado que verificamos que a motivação individual se sobrepõe, frequentemente, ao interesse comum — vd. pormenores infra.

Observou-se igualmente, como referido também em estudos já realizados noutros contextos (Pál Nýiri, 1999), que as associações chinesas em Portugal exercem funções que extravasam as que são tradicionalmente cometidas às associações voluntárias de imigrantes, nomeadamente no que concerne ao papel que desempenham na relação com os poderes políticos na origem - aspecto que será aprofundado mais à frente.

Por outro lado, estudos sobre associações chinesas no sudeste asiático apontam para a existência de uma elevada componente empresarial e de negócios no seu funcionamento, tendo uma forte incidência nas relações comerciais e de crédito (M. Freedman 1980). Este parece ser, também em Portugal, um móbil importantíssimo da actividade associativa.

Estas associações, seguindo a forte tradição da cultura chinesa, funcionam como associações de empréstimo de dinheiro (Maurice Freedman, 1980 e Light e Bonacich, 1988), quer para o desenvolvimento de negócios, quer, mesmo, para o financiamento dos processos migratórios (Watson, 1975). James L. Watson explica o processo do seu desenvolvimento, no contexto do boom de restaurantes em Inglaterra, que originou uma procura importante de mão-de-obra imigrante¹⁴. Há, no entanto, uma diferença fundamental: no caso inglês, e segundo o autor, existe toda uma estrutura de apoio à imigração que é garantida pela associação de donos de restaurantes e por entidades que exercem influência e têm a seu cargo a lubrificação desse sistema, ao passo que em Portugal e de acordo com a recolha de informação que temos vindo a fazer, estas associações, apesar de terem uma forte componente empresarial e de nego-

¹⁴ Esta intensa procura de mão-de-obra imigrante foi-nos também referida, em Portugal, em diversos contactos que fizemos com donos de restaurantes. A nossa base de sondagem dos empresários chineses ronda os 670 registos; no entanto foi-nos referido que só na zona de Lisboa poderíamos apontar para mais de um milhar de restaurantes.

cios, não mobilizam recursos financeiros para a contratação de mão-de-obra étnica.

Constatamos que esta mobilização é feita, sobretudo, à custa de processos de reunificação familiar e de recrutamento informal no seio das redes de sociabilidade dessas mesmas famílias e é, portanto, prota-gonizada por entidades individualizadas.

O processo mais comum assenta, assim, na reunificação familiar, seja ela legal ou ilegal (aqui as ideias de linhagem e de família são im-portantes), que, em cadeia, vai «chamando» os restantes familiares à medida que as condições financeiras o permitem¹⁵.

No que respeita à importância da linhagem e da família, M Freedman refere os trabalhos realizados por F.L.K Hsu, que apontam para a neces-sidade de considerar que «em primeiro lugar a família e a linhagem são as características e modos de organização básica da sociedade chinesa», e acrescenta ainda que «a família é a escola básica de todas as culturas, mas que é particularmente potente na China, de tal forma que a linhagem chinesa pressupõe também o princípio da dependência mútua no con-texto da sociedade - a linhagem é a extensão directa e imediata da famí- lia». (M. Freedman, 1971, pág. 155).

Para a compreensão do fenómeno associativo nas comunidades chi-nesas é necessário considerar este contributo como embrião de formas de agrupamento e outras estruturas de relações sociais (Rex, 1986). E de referir, também, a importância histórica das sociedades secretas para a compreensão do fenómeno associativo chinês. M. Freedman (1979:66) refere-se, no contexto de uma cronologia das sociedades secretas em Singapura, ao que é designado como «Tea Tay Huey», que diz tratar-se de uma designação alternativa para Tríade. As relações de linhagem e de família são pois da maior importância; mas para além destas, as relações de confiança e de respeito mútuo que se estabelecem entre os diferentes indivíduos são também elementos importantes para a com-preensão do processo de formação de organizações associativas ou para-associativas. Um dos nossos entrevistados referiu-se à existência de uma prática, o *huey*¹⁶, que se aproxima do crédito rotativo descrito por Light e Bonacich (1988). Trata-se, no fundo, de associações ad hoc, onde não

¹⁵ Por vezes esses familiares já estão no país de acolhimento mesmo antes de o processo legal de reunificação familiar se iniciar.

¹⁶ Também referida por Trabuco, (1998, pp. 83).

existem nem cargos, nem funções oficialmente atribuídas, e que assen-tam essencialmente em relações de amizade e de confiança¹⁷.

Estas formas de organização são, em muitos dos casos (M. Freedman, 1971:155-167), embrionárias de modelos associativos mais formais, dan-do origem à criação dos tipos de associações característicos desta comu-nidade: fortemente viradas para si próprias e para a exaltação do indiví-duo e do sucesso financeiro, o principal critério para ascensão social. Por outro lado, a sua expressão fora da comunidade apresenta-se bastante reduzida, nomeadamente ao nível das relações institucionais com a socie-dade de acolhimento.

5. FUNÇÕES DESEMPENHADAS E FORMAS INSTITUCIONAIS ADOPTADAS

As associações chinesas em Portugal serviram inicialmente um fim, que se confinava à própria população de origem chinesa, de mediadora entre o indivíduo e a comunidade. Os seus objectivos assentaram, inicial-mente, numa lógica recreativa, de solidariedade e de «suavização» do impacto do processo de integração do imigrante — a título de exemplo podemos referir as diversas festas de passagem do Ano Novo Chinês, organizadas pela ALC, pela LCP e pela ACILC, bem como as festas orga-nizadas pela Associação Budista de Portugal . A liderança era remetida, sobretudo, a elementos que tinham já adquirido um certo *status* na socie-dade de acolhimento.

No entanto, apesar de cumprirem um papel de «suavização» do processo de integração só o fazem no âmbito das actividades recreativas que organizam. Para além desta função, as associações não desempenham

¹⁷ O crédito rotativo consiste, segundo um dos nossos entrevistados, na reunião de um conjunto de «sócios», que têm de ser sempre os mesmos, e em que nenhum pode «falhar». Estes «sócios», que, vamos admitir, sejam 10, colocam sobre a mesa 100 contos cada um, o que perfaz um total de 1000 contos. Todos eles propõem uma taxa de juro que pretendem pagar à colectividade pelos mil contos; quem der a taxa de juro maior leva nesse mês o dinheiro, tendo de pagar somente a respectiva taxa sobre 100 contos a cada um dos restantes 9 elementos. Se admitirmos que a taxa de juro foi de 10% então ele terá de pagar a cada um dos outros 10 contos, num total de noventa contos. Este elemento só poderá novamente requisitar dinheiro passados 10 meses, momento a partir do qual tudo recomeça. Terá, também, de pagar o jantar dessa noite a todos os «associados». A vantagem deste «crédito rotativo» é a possibilidade de, com um investimento reduzido, poder dispor de uma quantia mais avultada para fazer frente a uma qualquer necessidade urgente.

um papel alargado de receptores e instâncias de enquadramento dos imigrantes; são os próprios indivíduos, novamente no quadro da família, da linhagem e das redes de sociabilidade, que o fazem.

Quanto ao acesso às posições institucionais nas associações, ele não é fácil e implica atingir um certo estatuto¹⁸ dentro da «comunidade», reflexo do êxito alcançado na sociedade de acolhimento — e na origem, aspecto este que vem ganhando uma importância crescente, afectando a avaliação que a comunidade faz dos seus líderes associativos — como veremos adiante.

Podemos mesmo apontar para uma estratificação no contexto da comunidade, onde o estatuto adquirido nas associações simboliza a fronteira entre classes mais altas ou mais baixas e ou com maior ou menor sucesso. **Aqueles que conseguem atingir riqueza e poder tendem a diferenciar-se dos demais — sendo a participação associativa institucional um processo de marcar e legitimar essa diferenciação mesmo que a acção associativa seja reduzida ou até mesmo inexistente.** Tal situação é, também, referida por M. Freedman (1979: 64). A associação é mais um indivíduo ou um conjunto de indivíduos do que propriamente uma emanção de interesses partilhados na colectividade. O *status* alcançado é sinónimo de sucesso no processo de imigração e, assim, de prestígio na própria comunidade, correspondendo, por isso, a uma «posição» nos corpos directivos das associações.

Nas associações às quais tivemos acesso, verificámos que, em alguns dos casos, elas são formadas somente por corpos directivos (presidentes, vice-presidentes, secretários, etc...). Apesar desta característica, constatámos, também, que são genericamente aceites e reconhecidas pela comunidade — bem como a posição e o prestígio associados aos diferentes cargos no seu seio. Esta posição adquirida por este tipo de participação em associações «estende-se», depois, até à própria origem, onde também tem reflexos no *status* reconhecido ao nível local. Tal situação é Também referida por pál Nýiri no que respeita às associações chinesas na Hungria (Nýiri, 1999: 94).

Assim, as actividades desenvolvidas nas associações chinesas em Portugal não correspondem necessariamente ao conjunto de actividades identificadas como típicas das associações de imigrantes por R. Albu-

¹⁸ Vd tb Oliveira, 2000.

querque e outros (2000:15). Se os aspectos relativos à «conservação, di-fusão e afirmação dos padrões culturais» estão presentes na actividade de algumas associações chinesas, o mesmo não se pode dizer no que se refere à sua actividade enquanto elemento de promoção de estratégias de «in-serção e integração na sociedade receptora». Do ponto de vista das acti-vidades de carácter político e de cidadania, a sua acção tem sido muito modesta, apesar de cada vez mais se verificar um interesse destas pela aproximação aos poderes institucionais do país de acolhimento.

Por outro lado, a instrumentalização desta forma institucional para mostrar que se teve sucesso no processo migratório é claramente um atributo específico que não faz parte do elenco «clássico» das funções cometidas às associações voluntárias. Assim se explica que existam asso-ciações em Portugal que praticamente não têm associados, não impli-cando tal situação ausência de reconhecimento por parte da comunidade em si.

As primeiras associações a surgir em Portugal datam da década de 80, como é o caso da Associação Comercial e Cultural da China, que foi considerada, em tempos e segundo um entrevistado, como uma espécie de embaixada. Segundo o mesmo entrevistado, esta «associação», que estava afecta a Taiwan, por ter sido criada por chineses daí provenientes, foi durante um largo período instrumento de dinamização cultural entre os chineses imigrados em Portugal.

Só mais tarde, em finais da década de 80 e início de 90, surge em primeiro lugar a Associação Luso-Chinesa de Portugal e, posterior-mente, a Associação Industrial e Comercial dos Chineses em Portugal — AICCP (sede no Porto) e a Associação de Comerciantes e Indus-triais Luso-chineses (sede em Lisboa). Podemos apontar para três gera-ções/momentos particularmente activos na constituição de associações em Portugal: década de 80; finais desta década e início da década de 90; e meados da década de 90, quando se criam a maioria das associa-ções.

Algumas destas associações já apresentam um carácter institucio-nal, bem como um estatuto, uma sede e alguma regularidade nas reu-niões dos corpos dirigentes. Mantêm, no entanto, a desmultiplicação de cargos, existindo, por exemplo, no caso da Associação de Comerciantes e Industriais Luso-chineses, dois vice-presidentes e vários consultores. Mas esta desmultiplicação é ainda mais evidente no caso da Associação de

Luso-Chineses em Portugal, e está fortemente relacionada com relações de prestígio no seio da comunidade e, particularmente, na origem¹⁹.

Esta associação (ACL) reflecte bem a importância de ocupar lugares-chave nos corpos dirigentes de uma associação. Tendo sido criada em finais da década de 80, a sua constituição foi efectuada em Albufeira onde ficou sediada. Os seus corpos dirigentes figuravam nos seus estatutos e tinha um só presidente. No entanto, a sua crescente importância e o facto de o segundo presidente ser de Lisboa fizeram com que a sede se deslocasse para a capital. Por outro lado, a dinâmica e o aumento da expressão dos chineses na zona do Porto cedo se manifestou com a eleição de um novo presidente desta zona. A luta interna pelas posições-chave da associação provocou a divisão entre o Norte, o Centro e o Sul, criou dificuldades que só se resolveram com a desmultiplicação desta associação e a criação de "sucursais" que tinham uma espécie de actividade independente com orgânicas directivas independentes e que se repetiam — daí ser frequente, na nossa recolha de informação, deparar com muitos elementos que se auto-denominavam como pertencentes aos órgãos directivos da associação. Esta situação e todos os problemas a ela associados depressa determinaram a necessidade de se constituírem outras associações.

A dicotomia Norte/Sul acabou por se manifestar, passando a co-existir as associações de Lisboa e do Porto. Neste momento, o Presidente desta Associação está estabelecido em Lisboa, local a partir de onde se desenvolve a actividade da Associação, sem que, no entanto, deixem de existir iniciativas protagonizadas por outras zonas (Algarve e Porto). No Porto esta associação deixou de ter expressão e foi praticamente desactivada a partir do momento da criação da Liga dos Chineses em Portugal (1997).

Apesar de as iniciativas de constituição de associações na sociedade de acolhimento surgirem por parte de diferentes sectores e sensibilidades, tal processo, para ter repercussões oficializantes, tem de seguir determinados trâmites, nomeadamente a existência de uma escritura de constituição com os respectivos estatutos. Outro aspecto importante para a legitimidade das associações, no contexto da «comunidade», é a emissão de um carimbo da associação que seja reconhecido pela embaixada

¹⁹ Por várias vezes nos foi referido que existem líderes que, embora não sejam muito activos em Portugal, mantêm relações privilegiadas com o poder político na China.

no país de acolhimento. Este instrumento de legitimação reforça a importância da respectiva associação no interior da «comunidade», conferindo-lhe uma importância organizacional que se estende para o país de origem, nomeadamente quando lhes é possível atestar da idoneidade e boa conduta de pessoas para efeitos de emissão de vistos de entrada na China²⁰. A este respeito, Nýiri (1999: 96-98) refere que o estabelecimento de relações com a embaixada e respectivas autoridades em Pequim assume uma importância prioritária nas actividades das associações, com o desenvolvimento de autênticas acções de lobbying. Estas revertem, sob a forma de prestígio, para os líderes e associações da comunidade, incluindo na origem, que pode posteriormente ser convertido em oportunidades económicas e políticas, criando, desta forma, uma espécie de esfera/**rede associativa transnacional**.

Mais recentemente começaram a verificar-se iniciativas no sentido de organizar e estruturar mais solidamente as instituições chinesas em Portugal, bem como a sua posição junto das autoridades portuguesas. Tal situação deve-se à consolidação da «comunidade», mas também às políticas desenvolvidas pelo governo português no que concerne à imigração. Protagonizadas pelo ACIME, as políticas de integração das comunidades imigrantes têm tido impacto no seio da «comunidade», originando iniciativas, por parte das associações, no sentido de se fazerem representar junto deste e de outros organismos públicos. Como exemplo disto, foi já referida a acção conjunta desenvolvida pela Associação de Comerciantes e Industriais Luso-chineses e pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras na sede da referida associação, bem como o reconhecimento, pelo ACIME, de uma das associações de chineses.

Embora funcionem como instrumento de posicionamento e prestígio na estrutura da «comunidade», estas associações ensaiam, assim, o estabelecimento de outro tipo de objectivos, que passam pela relação com o exterior da comunidade, constituindo-se, finalmente, como um instrumento de intervenção social, económica e política.

Todavia, constata-se que existem limitações do ponto de vista da representatividade política por parte, por exemplo, da ACILC e da AICCP, limitadas na sua maioria a pequenos empresários que estão, conforme o próprio nome indica, relacionados com actividades de carácter comercial

²⁰ Oliveira e Costa, 2001.

ou industrial. O caso da Liga dos Chineses em Portugal assemelha-se ao anterior. Mas esta associação não estipula a necessidade imperativa de se ser empresário para poder pertencer à associação o que lhe alarga o âmbito de actuação e flexibiliza as suas áreas de intervenção, designadamente ao nível da participação política.

A constatação de que das associações existentes nenhuma representa a totalidade dos imigrantes chineses em Portugal fez surgir a necessidade de constituir uma outra que aglutinasse todas as sensibilidades e, simultaneamente, pudesse representar todos os chineses em Portugal. E esse processo de constituição de uma associação «guarda-chuva» que ultimamente vem sendo discutido. A criação de uma federação de associações é pois um dos objectivos que, segundo um líder associativo, se impõe como meta a atingir, sendo que o facto de já existir uma aproximação às instituições de enquadramento do movimento associativo de imigrantes chineses, através do ACIME, «facilita a concordância dos líderes das restantes associações».

Assim, a possibilidade de se fazerem representar junto dos organismos do Estado, nomeadamente do Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração, obrigando a que as associações se constituam no contexto de um quadro legislativo legal e de acordo com a respectiva lei das associações de imigrantes, tem sido um dos factores impulsionadores desse processo.

Se podemos dizer que o estabelecimento de relações económicas entre a «comunidade» chinesa e a sociedade de acolhimento tem vindo a registar um crescimento lento, mas firme e sustentado, o mesmo não se pode dizer do ponto de vista da sua intervenção sócio-política. Apesar de, durante a década de 80, assistirmos à criação de algumas associações, só mais recentemente nos foi dado observar mais uma etapa do processo de intervenção destas no campo sócio-político da sociedade de acolhimento.

Esta intervenção, até há bem pouco tempo protagonizada quase exclusivamente por homens de negócios chineses, começa a transferir-se para as associações, ainda que com a permanência dos referidos homens de negócios à frente destas. A importância das associações cresce, assente em personalidades bem identificáveis, que estabelecem as primeiras pontes para o lançamento das relações com outras organizações.

Como já foi referido, tivemos a oportunidade de assistir, na sede da ACILC em Lisboa, a uma acção dinamizada por esta associação e pelo

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Esta acção, desenvolvida a título oficial, e na qual a associação desempenhou o papel de representante da comunidade chinesa, não seria possível sem a intervenção pessoal do seu presidente que, assim, formalizou um dos primeiros contactos entre uma associação e as entidades políticas que directamente lidam com as comunidades migrantes e seus problemas²¹. Trata-se de um caso típico no contexto das associações (R. Albuquerque e outros, 2000), que tendem, à medida que a comunidade cresce e se consolida, a surgir como interlocutoras na relação com a sociedade de acolhimento, nomeadamente ao nível institucional.

Foi-nos, ainda, possível assistir a acções de carácter cultural e recreativo desenvolvidas em conjunto com o poder local. De destacar o caso das festas da passagem do Ano Novo Chinês — Ano do Dragão, em 1999, no teatro Tivoli, e que contou com a participação de entidades oficiais chinesas e portuguesas, acção organizada por iniciativa da ACILC com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa (Cultura) e a festa da Passagem de Macau para a soberania chinesa protagonizada sobretudo pela Associação de Luso-chineses em Portugal.

Assim, a possibilidade de se representarem junto das instituições de enquadramento socio-político do país de acolhimento é uma oportunidade de conseguir uma força que, corporizada por um ou mais elementos que pudessem congregiar todos os interesses envolvidos, seria um importante instrumento de acção socio-política.

6. AS ASSOCIAÇÕES E A ASCENSÃO SOCIAL: A IDEIA DE SUCESSO, UMA «ALAVANCA» DA EMIGRAÇÃO.

E também nossa convicção que, para perceber o fenómeno do associativismo chinês em Portugal, há que atender aos seus impactos e enraizamento na origem. O «prolongamento» do estudo a familiares residentes na China de famílias radicadas em Portugal foi da maior importância. No contexto das duas deslocações realizadas à China nos anos 2000 e 2001, foi possível realizar um conjunto de observações que foram da maior importância para o desenvolvimento deste estudo²². Se-

²¹ Nesta acção foram colocados pelos imigrantes alguns dos problemas que tinham e as dificuldades com que se deparavam para os resolverem.

²² Ver os relatórios de Oliveira e Costa, 2001 e Costa e Zhang, 2001, sobre as referidas deslocações.

guindo a trajetória dessas famílias (provenientes da província de Zhejiang, mais concretamente da vila de Qingtian e das cidades de Wenzhou e Hangzhou), pudemos avaliar a importância do fenómeno associativo, por um lado, na formação de estereótipos associados à ideia de sucesso e, por outro, a sua expressão no contexto de formação e funcionamento de redes transnacionais, que dão corpo a um «mercado associativo» cuja importância se estende bem para além da acção das associações de imigrantes chineses nos países de acolhimento.

Este «mercado», no qual os objectos transaccionados são prestígio, poder e influência — obviamente convertíveis em capital político e financeiro²³ —, consubstanciados em pertença aos órgãos directivos, assume uma importância crescente na constituição de «redes» que ultrapassam os interesses locais para se exprimirem de uma forma global no conjunto das associações espalhadas pelo mundo.

Estas redes transnacionais estruturam-se num «mercado» transnacional de cariz globalizante onde se manifesta o capital social adquirido na sociedade de acolhimento e legitimado na origem. Por sua vez e na origem, este é transformado em novo capital social que é convertido em maior notoriedade no país de acolhimento.

Relativamente à mesma dinâmica, Nýiri refere a propósito das associações chinesas na Hungria, que as relações entre as associações e o poder político na República Popular da China — RPC são alvo de uma atenção particular por parte dos poderes públicos. E frequente estas associações tomarem posição aquando da vinda de personalidades chinesas importantes e responsabilizarem-se pela organização de eventos nos quais possam evidenciar a sua capacidade de mobilizar a comunidade e assim capitalizar influência e prestígio junto da elite política na origem (Nýiri 1999:94).

Por seu lado, as estruturas políticas da RPC respondem, criando organismos com forte expressão nos meios políticos internos, quer ao nível local²⁴, quer ao nível central²⁵, permitindo um meio de aproximação ao poder por parte dos líderes das associações. Aquando da primeira

²³ «In lobbying for recognition by PRC authorities, HCA (Hungarian Chinese Association) leaders had used money raised from their enterprises; as that recognition grew, they used it, in turn, to gain business advantages» (Nýiri 1999:96) — vd. também a teoria de Bourdieu sobre a convertibilidade de várias formas de capital.

²⁴ Sedeadas em Hangzhou e Qingtian, respectivamente: Federação Provincial dos Chineses Ultramarinos Retornados de Hangzhou e Federação dos Chineses Ultramarinos de Qingtian

deslocação à China, constatámos que as associações de «chineses ultra-marinos» que visitámos estavam estabelecidas em edifícios do governo e mantinham relações estreitas com as autoridades chinesas.

Aquando da segunda deslocação foi-nos referido, no decurso de en-trevistas realizadas aos secretários das duas federações locais, que estas estruturas associativas chinesas têm, por um lado, um carácter voluntá-rio, mas, por outro, são dependentes do Estado, sendo que alguns dos cargos directivos, designadamente o de secretário são de carácter públi-co. São, por isso, estruturas intermédias de integração política acompa-nhadas pelo Estado chinês que reconhece, assim, a sua importância en-quanto instrumentos de congregação das iniciativas associativas da co-munidade no estrangeiro. Esta aproximação ao poder, permitida pela criação destas estruturas na própria China, que integram as iniciativas associativas dos imigrantes, é, muitas vezes, consagrada num ritual que reflecte este duplo processo de legitimação e influência, que é o de tirar fotografias com as personalidades ilustres, fotografias essas que atestam a aproximação ao poder dos dirigentes associativos, e as boas relações que com ele mantêm (ver também Nýiri, 1999:112). Pudemos assistir a este ritual, quer em Portugal, em diversos acontecimentos onde entida-des políticas locais se fizeram representar, quer na China, num encontro organizado pela Federação dos Imigrantes Chineses Retornados²⁶.

Em suma constatamos que o associativismo em contexto migrató-rio é uma realidade cuidadosamente acompanhada pelos poderes públi-cos na China. A detenção de títulos nestas associações é um símbolo de prestígio que se faz sentir dentro da comunidade imigrante e nas terras de origem. O *status* alcançado pelos detentores de títulos em associações «ultramarinas» funciona como sinónimo de sucesso no empreendimen-to da emigração, atestando a boa honra do indivíduo e fazendo dele um exemplo a seguir. A Associação de Conterrâneos de Wenzhou é um exem-plo disso. Trata-se de uma associação com expressão a nível europeu, possuindo «sucursais» em vários países, incluindo Portugal, e que regu-larmente estabelece contactos com a cidade de Wenzhou, enviando capi-tais para aplicação em obras públicas, escolas, estradas, etc., a realizar na referida cidade.

²⁵ Sedeadas em Pequim: National Chinese Patriotic Association, National Overseas Chinese Association (Nýiri, 1999:93).

²⁶ Vd. Oliveira e Costa (2001).

Esta associação é um exemplo da constituição de «redes» associati-vas transnacionais, que projectam na origem a notoriedade adquirida por determinados indivíduos no contexto da comunidade emigrante. A pertença aos corpos directivos de uma associação permite, na origem, algumas benesses importantes, nomeadamente o acesso facilitado ao crédito bancário. Foi-nos referido, por exemplo, que este crédito pode atingir montantes da ordem dos dois mil contos para alguém que seja presidente de uma associação (ver também Nýiri, 1999:111). Para além desta vantagem, outras são potenciadas: o prestígio associado à pertença aos corpos directivos de uma associação é um valor simbólico que reflecte sucesso no processo migratório e, assim, permite o acesso a posições e entidades políticas e financeiras de maior destaque na sociedade de origem.

De referir ainda que a expressão destas «redes» de associações nas sociedades de acolhimento é importante para os chineses «ultramari-nos», levando à criação das referidas associações ou federações na origem, ligadas ao Estado, e que protegem os interesses dos imigrantes na própria China. Estas associações têm, entre outras actividades, a função de representação dos imigrantes em eventuais problemas relacionados com os interesses destes (por exemplo no que se refere a questões de propriedade fundiária). Por outro lado, desenvolvem estudos sobre as comunidades que designam de ultramarinas («overseas»), nomeadamente em trabalhos de carácter histórico, assumindo o papel de «guardiões» da memória das origens e dos laços, verdadeiros e míticos, que configuram a «grande nação chinesa».

F. Pieke, problematizando a questão da visibilidade da comunidade chinesa na Europa, designadamente no que concerne à formação de *Chinatown*s, refere que mesmo «quando tomamos em conta a lógica estrutural e cultural das migrações em cadeia, a existência de uma comunidade chinesa não é de todo evidente. Existe, de alguma forma, uma certa falta de coesão e expressão das comunidades chinesas na Europa» (1998:12). O autor avança com uma explicação para a situação: admite que a comunidade chinesa na Europa é composta pelo que designa de *core communities*, como as dos chineses de Hong Kong, dos chineses de Zhejiang, dos chineses do Vietname ou outro tipo de subdivisões, espalhando-se pela Europa independentemente umas das outras. Considera que estas *core communities* parecem não ser visíveis, só interagindo — e por vezes criando temporariamente o que parece ser uma comunidade

unificada —, quando são chamadas a isso pelos poderes político, económico ou social» (1998:12). O fenómeno da migração em cadeia será, pois, segundo o autor, um primeiro nível de integração que funciona só ao nível das *core communities*. Mas a falta de coesão dos chineses europeus não se explica, segundo F. Pieke, somente pela existência de *core communities* que se apresentam como independentes umas das outras, sugerindo, tam-bém, que existem outras forças em jogo, para além das migrações em cadeia. No caso das comunidades chinesas do Sudeste Asiático ou dos E.U.A. as associações desempenham um papel integrativo que, segundo este autor, não se verifica na Europa e que as tentativas para criar uma estrutura associativa nos países da Europa, como por exemplo as realiza-das na Holanda nos anos 80, «depressa foram envolvidas em suspeições ou competição pelo seu controlo» (1998:13). Refere ainda que na maior parte dos casos as associações só existem em nome e têm pouca relevân-cia para a vida da comunidade. No entanto, considera que o movimento associativista cresce sustentadamente sugerindo que irá funcionar como um segundo nível de integração da comunidade chinesa. e que «a "invisibilidade" ou a falta de coesão da comunidade chinesa na Europa é somente um fenómeno transitório, resultado de condições de "fronteira" que prevalecem na Europa».

Em nosso entender, consideramos importante, para o estudo das comunidades transnacionais chinesas, um terceiro nível de integração, mais global²⁷ (não só ao nível da Europa), cuja expressão só é entendível quando consideramos outro plano: a origem. Dito por outras palavras, entendemos, em função das observações que realizámos, que não é ao nível das sociedades de acolhimento que podemos encontrar os laços e mecanismos integrativos das 'comunidades' chinesas emigradas (e das suas instituições) como um todo, é antes na sociedade de partida que tais estruturas se desenvolvem e ganham expressão enquanto mecanismos integrativos das redes transnacionais que se vão formando tendo como «base», como «quartel general», a própria China.

²⁷ Neste contexto, tivemos oportunidade de assistir, tanto na origem, como em Portugal, à crescente actividade de uma nova associação transnacional, a Associação para a Unificação Pacífica de Taiwan. Esta associação tem desenvolvido várias acções para a sensibilização das comunidades imigrantes dentro e fora da China — no que se refere ao problema da unificação —, exemplificando bem a dinâmica das associações na origem e nas comunidades chinesas imigradas.

Assim, constatamos que as diferentes forças que se mobilizam na origem se revestem da maior importância, determinando posições políticas com reflexos nas comunidades imigrantes. A actuação das associações e as suas relações com os poderes públicos na origem é pois uma das principais forças em jogo neste tabuleiro de poder e influência; é também por esta razão que as dinâmicas que se desenvolvem em torno do fenómeno associativo chinês extravasam as funções de instituições de integração activas nos países de acolhimento, adquirindo uma importância efectiva na origem, com reflexos ao nível económico, político e social.

BIBLIOGRAFIA

- Albuquerque, e outros (2000): *O fenómeno associativo em contexto migratório — duas décadas de associativismo de imigrantes em Portugal*, Oeiras, Celta
- Benton, Michael e Sills, David, «Voluntary Associations», *Anthropological and sociological aspects*, s.c, s.e., s.d., pp. 357-379.
- Bourdieu, Pierre. 1979- «Les Trois états du capital culturel», *Artes de la Recherche en Sciences Sociales* 30:3-5.
- Carita, Cristina e Rosendo, Vasco Nuno (1991): «Associativismo cabo-verdiano em Portugal: Estudo de caso da Associação Cabo-Verdiana em Lisboa, Monografia da cadeira de sociologia da cultura», *in Sociologia — Problemas e Práticas*, n.º13, pp. 135-152.
- Cordeiro, (2000). «As dinâmicas de Participação social na comunidade de Outorela-Portela», Tese de mestrado em sociologia, mimeo-grafada, FCSH.
- Costa, Francisco e Zhang, Luís (2001), Relatório Científico: «As Migrações Chinesas: de Qingtian a Portugal». SociNova, UNL-FCSH, Lisboa.
- Freedman, Maurice (1971) *Chinese Lineage and Society: Fukien and Kwang-tung*, London School of Economics, Monographs on social anthropology, n.º33, The Athlone Press, New York, Humanities Press inc.
- Freedman, Maurice (1979): *The Study of Chinese Society*, Stanford University Press, California.
- Freedman, Maurice (1980), *Lineage Organization in Southeastern China*, n.º 18, The Athlone Press; New York: Humanities Press.

- Frank N. Pieke (1998), in Benton, Gregor; Pieke, Frank (eds); *The Chinese in Europe*. Macmillan Press, pp. 1-17.
- Gonçalves, José (2001), «*Chineses no Martin Moniz. Modo específico de in-corporação?*», SociNova, UNL-FCSH, Lisboa.
- Light e Bonacich (1998); *Immigrant Entrepreneurs. Koreans in Los Angeles 1965-1982*; Berkley, University of California Press.
- Nyíri, Pál (1999), *New Chinese Migrants in Europe: the case of the Chinese community in Hungary*, Ashgate Publishing, England.
- Oliveira, Catarina (2000), «*Chineses em Portugal: comunidade ou comunita-des?*» working paper n.º 18; SociNova, FCSH-UNL, Lis-boa.
- Oliveira, Catarina e Costa, Francisco (2001), Relatório Científico: «*Chi-neses em Portugal: Uma Diaspora em construção*» SociNova, UNL-FCSH, Lisboa.
- Olson, Mancur (1998): *A Lógica da Acção Colectiva*, Oeiras, Celta.
- Rex, John (1986): *Race and Ethnicity* Milton Keynes. Open University Press.
- Teixeira (1998), «Entrepreneurs of the Chinese Community in Portu-gal», in Benton, Gregor; Pieke, Frank (eds); *The Chinese in Europe*. Macmillan Press.
- Trabuco, Márcia (1998): *Cultura empresarial na diaspóra: Comunidades chi-nesas e indianas no comércio e restauração da cidade do Porto*, Universidade Aberta, Dissertação de mestrado em rela-ções interculturais, Porto.
- Kulp, Daniel Harrison, II. (1925). *Country Life in South China: The Sociology of Familism*, vol.1, Phenix Village, Kwangtung, China. New York.
- Watson, James (1975): *Emigration and the Chinese Lineage — The mans in Hong Kong and London*, Los Angeles, University of California Press.

